



www.institutobuzios.org.br

A conferência Rio+20 e suas polêmicas



Fátima Mello - Para salvar planeta, é preciso questionar concentração de riqueza e poder. Mas há quem prefira marketing do “green business”. Em junho de 2012, o Rio de Janeiro sediará a conferência Rio+20, em um momento de encruzilhada para a humanidade. Vinte anos depois, a conferência pretende fazer um balanço dos compromissos estabelecidos na Rio 92, definir parâmetros para a chamada economia verde e debater a arquitetura institucional necessária para o desenvolvimento sustentável. Já é ampla a mobilização global, nacional e local para a Rio+20. Porém corremos o risco de, mais uma vez, assistirmos a uma maciça mobilização social nas ruas e a uma conferência oficial com grandes repercussões na mídia – mas sem consequências práticas nem acordos substantivos e vinculantes que possam encaminhar soluções à altura da crise vivida pela humanidade e pelo planeta. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Outras Palavras.

Rede dos Povos, a plataforma colaborativa da Cúpula dos Povos

Na plataforma colaborativa da Cúpula dos Povos você pode postar conteúdo em vídeo, áudio, imagem e texto diretamente no site. O material fará parte do acervo web da Cúpula dos Povos e poderá ser veiculado na TV e Rádio Cúpula oficiais. Além de transmissão em tempo real para todo o mundo durante os dias do evento, esses canais contarão com diversos pontos de exibição espalhados estrategicamente pelo território do Aterro do Flamengo, e serão assistidos por mais de 10 mil pessoas. A Rede dos Povos tem por objetivo reunir materiais sobre a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica, bem como dar visibilidade às práticas alternativas em economia solidária, agroecologia, culturas digitais, ações de comunidades indígenas e quilombolas. Para participar da [Rede dos Povos](#), basta registrar-se no site e enviar suas colaborações, selecionando esta opção no meu superior do site. E-mail: contato@rio2012.org.br. Confira as atividades da Cúpula: [dias 15 a 23 de junho](#). Leia também a entrevista com o economista Jean Marc Von Der Weid: [O poder do agronegócio sobre os Estados na Rio+20](#) e acesse a [matéria](#) “Nova versão do documento base da Rio+20, não divulgada pela ONU”.

Comitê Brasil em Defesa das Florestas: Nota sobre novo Código Florestal

Após análise da medida provisória e a partir do que foi sancionado, o Comitê Brasil em Defesa das Florestas avalia que o veto parcial da Presidenta Dilma Rousseff. Essa situação é fruto da força do agronegócio, que está posicionado de forma hegemônica no Congresso Brasileiro e no próprio Governo Federal. É fundamental a convergência das lutas populares e sociais contra o agronegócio para enfrentá-lo e avançar com as necessidades reais da sociedade brasileira. Leia a [nota na íntegra](#). Fonte: Greenpeace.

Ministra Luiza Bairros: O “paliativo” essencial

O debate sobre políticas de ação afirmativa tal como se conhece hoje teve início em 29 de novembro de 1983. Nessa data, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o

parecer do relator, deputado Elquisson Soares, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.332/1983. O projeto, de autoria do deputado Abdias Nascimento, definia um conjunto de medidas de natureza compensatória, no mercado de trabalho e na educação, e previa cotas para mulheres e homens negros. Um dos marcos mais ostensivos do debate que se estenderia para décadas seguintes acabou arquivado, mas o pioneirismo do mandato de Abdias fez avançar a Constituição de 1988 em muitos aspectos. Leia na íntegra o [artigo da Ministra Luiza Bairros](#). Fonte: Seppir | Correio Braziliense.

Ódio revisitado - " Os Nove de Little Rock "



Foto: Will Counts

O flagrante orbitou pelo mundo. E o rosto de uma adolescente de 15 anos tornou-se a imagem oficial da intolerância racial na América. Nada mais fugidio e elusivo do que o “momento decisivo” perseguido e fotografado por Henri Cartier-Bresson ao longo da vida – aquele que define a essência de uma situação. Não raro, esse instante se apresenta sem avisar. Com frequência, sequer é percebido por quem o captou. Cinquenta e quatro anos atrás, um jovem fotógrafo do Arkansas Democrat conseguiu encapsular um desses momentos com sua primeira Nikon S2, máquina da era pré-digital. Carregou a máquina com um filme Kodak Plus X, ótimo para manhãs ensolaradas de final de verão, e foi cobrir o primeiro dia de aula de um grupo de estudantes negros na maior e melhor escola média de Little Rock. Esse pedaço de história ficou gravado no negativo de número 15. [...] Elizabeth Eckford começou a ouvir invectivas de “Vamos linchá-la!”, “Dá o fora, macaca”, “Volta pro teu lugar”, frases proferidas por vozes adultas e jovens. Atordoada, dirigiu-se a uma senhorinha branca – a mãe lhe ensinara que em caso de apuro era melhor procurar ajuda entre idosos. A senhorinha, porém, lhe cuspiu no rosto. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Dorrit Harazim, Revista Piauí.

A mídia, as cotas e o sempre bom e necessário exercício da dúvida

Por Ana Maria Gonçalves - Tenho escrito alguns artigos sobre racismo e, em todos, invariavelmente, apareceu quem tentava fugir do assunto para falar sobre cotas. São assuntos relacionados, eu sei, mas também complexos por si só. Cotas não seriam necessárias se não houvesse racismo. Mas estão aí, os dois, e talvez agora, depois da histórica decisão do Supremo Tribunal Federal, nos dias 25/04/2012 e 26/04/2012, reafirmando a constitucionalidade das cotas, possamos começar a conversar de verdade sobre eles. Porque talvez a velha mídia pare de fazer a campanha suja que vem fazendo e nos deixe, finalmente, tratar desses assuntos e das vidas das pessoas por eles modificadas (brancos, negros, cotistas, não-cotistas etc...) com a honestidade e o respeito que todos merecem. É agora que começa o trabalho, e é bom que a gente tente separar, principalmente, o que é fato do que foi campanha, o que é verdade histórica do que foi mero exercício de futurologia. Será um longo caminho que vamos ter que aprender a trilhar juntos, independente de sermos contra ou a favor. Somos sujeitos históricos: o que fizemos ontem, como povo e como indivíduos, reflete na realidade que temos hoje, assim como o que fazemos hoje vai determinar com o que teremos que conviver amanhã. A História não nos deixa viver impunes. Leia o [artigo na íntegra](#). Carlos Medeiros. Fonte: Revista Fórum.

Jaime Amparo Alves: A unidade do movimento negro se forja nas ruas!

A decisão do STF pela constitucionalidade das cotas foi fruto da luta do movimento negro que, em todos esses anos, pautou a questão racial mesmo com uma campanha generalizada da mídia contra as ações afirmativas.

O STF apenas confirmou o que ativistas negros têm dito ao longo dos anos: a democracia racial é uma promessa, não uma realidade. Depois de mais de 120 anos da abolição da escravidão, onde estão os negros na hierarquia social brasileira? Continuam com o mesmo status subalterno do século XIX. A decisão do STF, como lembrou Aires Britto, abre caminho para o Brasil finalmente se reencontrar consigo mesmo. Acho que pela primeira vez uma intelectualidade branca que tem construído suas carreiras acadêmicas negando a existência do racismo vai ter que aceitar o peso social que a categoria raça tem na produção de desigualdades. Mas tem algo mais aqui: um desafio é que a militância negra não se dê por satisfeita e tome o momento presente como um novo impulso à luta pela emancipação plena. As cotas raciais são ponto de partida, não ponto de chegada. Leia na íntegra a [entrevista com Jaime Amparo Alves](#). Elenice Semini | Fonte: Jorge Américo, Uneafro.

A quem interessa a regulamentação da Convenção 169 da OIT?

O Governo brasileiro, via Ministério das Relações Exteriores e Secretaria Geral da Presidência da República, tem convocado reuniões formais para discutir com lideranças indígenas e quilombolas uma espécie de marco regulatório da Convenção (CV) 169 da OIT. Esta Convenção foi ratificada pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº143 de abril de 2004 – e, portanto, tem força de lei. Basicamente este instrumento legal dá aos povos indígenas do país o direito de *consentirem ou não* com o uso de parcelas do seu território para todo e qualquer empreendimento que os afeta, independentemente de estes empreendimentos estarem fisicamente fora das terras indígenas *formalmente reconhecidas* pelo Estado brasileiro. Desde logo consideramos no mínimo curioso que esta iniciativa do Governo Federal reconhece a autoaplicabilidade da CV 169, como vemos no esboço de agenda proposta por aquele GTI. Leia a [matéria na íntegra](#). Fonte: Boletim Famaliá 143 | Centro de Trabalho Indigenista – CTI.

Seppir e Incra afinam parceria para agilizar identificação e delimitação de áreas quilombolas

Iniciativa visa agilizar elaboração de RTIDs, relatórios indispensáveis aos processos de titulação das terras dos quilombos. A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) vai descentralizar R\$1,2 milhão para ações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (MDA) em quilombos. Os recursos serão aplicados na elaboração de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID's), que incluem estudo antropológico, levantamento fundiário, de planta e memorial descritivo, assim como o cadastramento das famílias, e são indispensáveis à titulação de terras. Os termos da parceria foram discutidos em audiência do presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, com a ministra da Seppir, Luiza Bairros. Na reunião ficou ajustada a composição de um Grupo de Trabalho conjunto para atuar na qualificação e monitoramento de informações dos processos de titulação em andamento no Incra. Das 1.820 que já passaram pelo processo de certificação da Fundação Cultural Palmares, (MinC), 1.167 já têm processos de regularização abertos pelo Incra. Leia a [matéria](#). Fonte: Seppir.

O Brasil e a escravidão mercantil: nossa dívida com a África

Luiz Carlos Fabbri e Matilde Ribeiro - Após a promulgação da lei de 1831, que proibia o tráfico de africanos para o Brasil e a escravização de africanos após esta data, o Brasil permitiu a continuidade do tráfico por navios negreiros portando bandeira brasileira e o desembarque e escravização de 760 mil africanos, e assegurou a impunidade de traficantes e senhores de escravos durante décadas, que continuaram a subjugar ilegalmente gerações de escravos até 1888. Esta impunidade fundadora das elites imperiais tem reflexos na estrutura social e em formas de dominação política que prevalecem até hoje. Leia o [artigo na íntegra](#). Fonte: Carta Maior.

Carta do I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais

Os Povos e Comunidades Tradicionais, Movimentos Sociais, Pesquisadores (nacionais e internacionais), Operadores do Direito, Gestores Nacionais e Sociedade Civil reunidos/as no I Congresso Internacional de Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, na cidade do Salvador, Bahia-Brasil, nos dias 10, 11, 12 de maio de 2012, aprovam a seguinte Carta: Considerando a importância da ênfase na cooperação internacional, na promoção e proteção dos direitos humanos; Considerando as Convenções, Tratados e acordos internacionais de que o Brasil é signatário, envolvendo a proteção de direitos dos povos e comunidades tradicionais, direitos humanos, direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais. Leia a [Carta na íntegra](#). Fonte: Racismo Ambiental.

Mapeamento de Terreiros nas regiões metropolitanas de Recife, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS fez no mês passado o lançamento oficial do livro Alimento: “Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômico e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros”. O evento aconteceu na Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, no Recife. A publicação apresenta os resultados da Pesquisa Socioeconômico e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Belém, Belo Horizonte e Porto Alegre. Na ocasião foi entregue um CD com todos os terreiros e fotos mapeados. Visitem o [site do Mapeamento](#). Faça o [download do livro](#). Fonte: MDS.

Hesitação do Governo Federal na área da comunicação dá espaço para arbitrariedades da grande mídia

Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação – Passados quase 2 anos e meio da Conferência Nacional de Comunicação, Governo Federal segue sem dar concretude às ações para transformação do marco regulatório do setor. No último mês, criou-se a expectativa de que o Ministério das Comunicações colocaria em consulta pública um documento que retomaria o debate do novo marco regulatório do setor. O documento existe, chegou a haver data marcada para seu lançamento, mas mais uma vez prevaleceu uma postura imediatista. O problema é que essa hesitação – que é regra de todos os governos nesse tema – deixa espaço para que o setor dos meios de comunicação, que não aceita mudanças nesse tema, siga cometendo todo o tipo de arbitrariedades. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação vem a público cobrar o lançamento da consulta e a abertura do debate público pelo Ministério das Comunicações. Leia a [nota do FNDC na íntegra](#). Leia também “Ministério Público é favorável à regulação da mídia”, acesse a [matéria de Bia Barbosa](#). Fonte: FNDC e Áfricas.

Anistia Internacional: Relatório Anual de Direitos Humanos 2012

Apesar de alguns avanços importantes na política de segurança pública, policiais continuaram a usar força excessiva e realizar execuções extrajudiciais e tortura. Os esquadrões da morte e milícias continuam a ser preocupantes. Graves superlotação, condições degradantes e tortura e outros maus-tratos foram relatados na prisão e nos sistemas de detenção juvenil e em celas da polícia. Nas áreas rurais conflitos de terras resultou em várias mortes de ativistas rurais e ambientais. Pistoleiros contratados por proprietários de terras continuaram a atacar indígenas e quilombolas (afro-descendente) com impunidade. Milhares de pessoas foram expulsas à força para abrir caminho para grandes projetos de desenvolvimento. Leia o [relatório na íntegra](#). Elenice Semini | Fonte: Cidadania 10.

Mapa da Violência 2012 - Os Novos Padrões da Violência Homicida no Brasil

O estudo analisa os últimos 30 anos de violência homicida no país e verifica profunda mudança nos padrões históricos. Aponta as principais características da evolução dos homicídios em todo o país: nas 27 Unidades Federadas, 27 Capitais, 33 Regiões Metropolitanas e nos 200 municípios com elevados níveis de violência. Em planilhas anexas constam os dados da violência dos 5565 municípios brasileiros. Acesse o [Mapa da Violência na íntegra](#). Assista a entrevista coletiva de [Julio Jacobo Waiselfisz](#) no lançamento do estudo. Tatiana Dias Gomes | Fonte: Instituto Sangari.

Violência contra as mulheres cresceu 200% em 30 anos

Entre os anos de 1980 e 2010 aproximadamente 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. O “Mapa da Violência no Brasil 2012” mostra os dados no caderno especial denominado “Homicídio de Mulheres no Brasil”. No documento consta que a última década concentrou 43,5% das ocorrências do período avaliado. O percentual de vítimas identificadas anualmente cresceu mais de 200% em 30 anos. Em números proporcionais, o relatório destaca um índice de 4,4 homicídios para cada grupo de 100 mil representantes do sexo feminino. Essa situação coloca o Brasil em sétimo lugar no ranking dos países onde mais ocorrem feminicídios. A partir dos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde, o relatório identificou 48.152 atendimentos a mulheres relativos à violência doméstica, sexual e outras formas de agressão. Em média, a cada cinco minutos, uma mulher é agredida no país. Em 69% dos casos notificados, a mulher sofreu a agressão na própria residência, sendo o cônjuge o principal agressor. Em segundo lugar vem a via pública,

onde foram verificados 17% dos casos. O Mapa da Violência ainda mostra que no ano de 2007 a taxa de homicídios contra mulheres teve a primeira queda do período avaliado. A redução foi atribuída à entrada em vigor da Lei Maria da Penha, no fim de 2006. No entanto, o índice voltou a crescer sem interrupções a partir de 2008. Fonte: Jorge Américo, Radioagência NP.

Cartilha "Agressão à Mulher e seus Aspectos Jurídicos"

A Comissão da Mulher Advogada disponibilizou no site da OAB SP a cartilha "Agressão à Mulher e seus Aspectos Jurídicos", que pretende dar visibilidade à batalha contra a violência imposta às mulheres. A cartilha trata dos direitos das mulheres, Lei Maria da Penha, o ciclo da violência, formas de violência contra a mulher, delegacias especializadas, atendimento de mulheres em situação de risco e telefones úteis, entre tantos outros. Acesse a [cartilha para consulta e download](#). Paulo Roberto, Lista Discriminação Racial | Fonte: OAB SP.

Mulheres na luta por justiça ambiental e climática

Mulheres brasileiras denunciam que os danos causados pelas mudanças climáticas têm impactos diferenciados sobre as populações. E que, mais um vez, quem mais sofre são as mulheres que pertencem a grupos de baixa renda ou invisibilizados. Mas há saídas: organizadas, elas mostram que há formas de se contrapor ao atual modelo de consumo e produção, tão depredador do meio ambiente. Neste documentário realizado pela Fase, com apoio da Oxfam e Fundação Heinrich Böll, são as mulheres que reivindicam justiça ambiental e climática como solução para a crise do clima. Acesse o [vídeo](#). Fonte: Josael Lima / Racismo Ambiental.

Homofobia de Estado cresce no mundo

A sexta edição do relatório da ILGA (Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos) sobre homofobia de Estado mostra aumento no número total de países no mundo que detêm legislações que criminalizam pessoas por sua orientação sexual – atualmente, são 78, contra 76 do ano passado. Leia a [matéria completa](#) e faça o download do Relatório. Fonte: RETS.

Campanha: Casamento Civil Igualitário

Campanha em prol do casamento civil igualitário entre pessoas do mesmo sexo. A campanha tem como objetivo apoiar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do deputado Jean Wyllys e da deputada Erika Kokay (PT-DF), que legaliza o casamento igualitário no Brasil e elimina a discriminação legal contra os casais homoafetivos, fazendo valer o princípio da igualdade perante a lei. "Nos países onde o Estado reconheceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, as novas gerações crescem e se educam sabendo que gays e lésbicas não são melhores ou piores do que os heterossexuais, mas apenas diferentes, e que nossas famílias valem o mesmo que as famílias de origem heterossexual e merecem o mesmo respeito e reconhecimento. A lei também serve para educar", ressalta o deputado. O deputado apresentará a PEC no Congresso com as assinaturas de parlamentares de diferentes partidos da base governista e da oposição. O site oficial da campanha (www.casamentociviligualitario.com.br) está recolhendo assinaturas de todos os brasileiros que desejam apoiar a ação. A campanha conta com um abaixo-assinado, que tem a adesão de artistas tais como Caetano Veloso, Chico Buarque, Cauã Raymond e Sônia Braga. Acesse o [site e assine o abaixo-assinado](#).

CPT lança relatório "Conflitos no Campo Brasil 2011" sobre a violência do latifúndio

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) lançou no dia 7 de maio sua publicação anual, Conflitos no Campo Brasil 2011. É a 27ª edição do relatório que concentra dados sobre os conflitos, violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas comunidades, e pelos povos tradicionais, em todo o país. O relatório elenca também algumas ações dos homens e mulheres do campo na busca e defesa de seus direitos. O evento aconteceu na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília. Estiveram presentes o conselheiro permanente da CPT, Dom Tomás Balduino, o secretário geral da CNBB, Dom Leonardo Steiner, a quilombola Zilmar Pinto Mendes e Diogo Cabral, advogado da CPT, ameaçados de morte no Maranhão. Acesse o [documento completo](#). Fonte: Brasil de Fato e CPT.

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

O e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos, apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. Acesse o [Sistema](#). Leia na íntegra o [Decreto Nº 7.724, de 16 de Maio de 2012](#). Antônio Costa Neto. Fonte: e-SIC.

Pesquisa: As transformações do cenário de cooperação internacional no Brasil

O Inesc e a Christian Aid lançam pesquisa sobre as transformações do cenário de cooperação internacional no Brasil. "Presente e futuro: tendência na cooperação internacional brasileira e o papel das agências ecumênicas" foi elaborado por Nathalie Beghin, coordenadora da assessoria política do Inesc. O estudo tem por objetivo fazer um apanhado da situação da cooperação internacional, tanto a recebida pelo Brasil quanto a promovida pelo país junto a outras Nações. Leia a [matéria completa](#) e confira a pesquisa. Fonte: Inesc.

Programa Frida apoia projetos

Programa FRIDA oferece apoio a projetos de pesquisa sobre Internet para organizações sem fins lucrativos legalmente constituídas, cuja sede e atividade principal estejam em países da América Latina ou do Caribe podem apresentar propostas de pesquisa relacionadas à Internet até o dia 15 de junho. O valor das doações é de até 15 mil dólares. Leia a [matéria completa](#). Fonte: RETS.

EXPEDIENTE

INSTITUTO BÚZIOS INFORME
Boletim Eletrônico Nacional
Periodicidade: Mensal

EDITOR
Valdisio Fernandes

EQUIPE
Aderaldo Gil, Atillas Lopes, Ciro Fernandes, Débora Anjos, Enoque Matos, Eva Bahia, Evani Silva, Guilherme Silva, Juciene Santos, Kenia Silva, Larissa Almeida dos Santos, Lidianny Fonteles, Luciene Lacerda, Luiz Felipe de Carvalho, Marcele do Valle, Marcos Mendes, Mariana Reis, Ronaldo Oliveira, Silvanei Oliveira, Tom França, Viviane de Jesus.

COLABORADORES: Albérico Manoel, Arlene Malta, Elenice Semini, Egidio Levi, Gil Nunes, Isa Araújo, Laudiceia Gomes, Milena Brasil, Tiago Paixão, Washington Dias.

Para retirar o seu nome da lista de distribuição do **INSTITUTO BÚZIOS**, envie uma mensagem para buzios@institutobuzios.org.br escrevendo na linha de assunto "Remover do cadastro".